Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2020 e 2019

KPDS 831781

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3
1. A NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. 3
1.1. Estrutura Societária 3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL 3
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO 4
3.1. Linhas de transmissão em construção 4
3.2. Subestação em construção 4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS 4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA 5
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 5
6.1. Resultado Econômico Financeiro 5
DISCLAIMER 6

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2020, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia – Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul – Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; pela Linha de Transmissão Itajaí 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul – Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial – Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação

Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$194.157, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 525 kV Areia - Joinville Sul	1	525kV	292	22/03/2024	22/03/2049
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2	1	525kV	82	22/03/2024	22/03/2049
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu	1	525kV	63	22/03/2024	22/03/2049
LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2	1	230kV	20	22/03/2024	22/03/2049
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial	2	230kV	51	22/03/2024	22/03/2049
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	2	230kV	57	22/03/2024	22/03/2049

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Joinville Sul	-	525/230/138 kV	-	22/03/2024	22/03/2049
SE Itajaí 2	-	525/230/138 kV	-	22/03/2024	22/03/2049
SE Gaspar 2	-	525/230 kV	-	22/03/2024	22/03/2049
SE Jaraguá do Sul	-	230/138 kV	-	22/03/2024	22/03/2049
SE Indaial	-	230/138 kV	-	22/03/2024	22/03/2049

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2019 (R$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R$ Mil)*
LT 525 kV Areia - Joinville Sul LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2 LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2 LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2 SE Joinville Sul SE Itajaí 2 SE Gaspar 2 SE Jaraguá do Sul SE Indaial	2%	40.223	12%	223.081

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R$194.157.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R$ mil)	RAP Proporcional (R$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 525 kV Areia - Joinville Sul	Neoenegia Vale do Itajai	194.157	23.092	Julho	IPCA
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2	Neoenegia Vale do Itajai		23.092	Julho	IPCA
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu	Neoenegia Vale do Itajai		23.092	Julho	IPCA
LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2	Neoenegia Vale do Itajai		23.092	Julho	IPCA
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial	Neoenegia Vale do Itajai		5.734	Julho	IPCA
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	Neoenegia Vale do Itajai		5.734	Julho	IPCA

Projeto de Subestação - Características Financeiras					
Subestação	Propriedade	RAP (R$ mil)	RAP Proporcional (R$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Joinville Sul	Neoenegia Vale do Itajai	194.157	23.092	Julho	IPCA
SE Itajaí 2	Neoenegia Vale do Itajai		23.092	Julho	IPCA
SE Gaspar 2	Neoenegia Vale do Itajai		25.163	Julho	IPCA
SE Jaraguá do Sul	Neoenegia Vale do Itajai		13.242	Julho	IPCA
SE Indaial	Neoenegia Vale do Itajai		5.734	Julho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R$ mil)	2020	2019	2020 X 2019 R$	2020 X 2019 %
Receita Bruta	**-**	**-**	**-**	**0%**
Deduções da Receita Bruta	-	-	-	0%
Custo Não Gerenciável	-	-	-	0%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	**-**	**-**	**-**	**0%**
Custo Gerenciável	(2.843)	(907)	(1.936)	213%
Amortização / Depreciação	(55)	-	(55)	0%
Resultado da Atividade	**(2.898)**	**(907)**	**(1.991)**	**220%**
EBITDA	**(2.843)**	**(907)**	**(1.936)**	**213%**
Resultado Financeiro	848	242	606	250%
Lucro Antes dos Impostos	**(2.050)**	**(665)**	**(1.385)**	**208%**
IR e CSLL	720	203	517	255%
Prejuízo do Período	**(1.330)**	**(462)**	**(868)**	**188%**

A Companhia iniciou a construção no ano de 2019, como encontra-se em fase pré-operacional não recebe RAP e, portanto, não possui receita bruta.

Seus custos gerenciáveis são relacionados a despesas não capitalizáveis, como pessoal e administradores (R$2.739 mil) e serviços de terceiros administrativos (R$99 mil). Em 2020 houve um incremento de 213% em relação a 2019 devido principalmente pelo aumento de despesa com pessoal.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2020 em R$848 mil, sendo R$879 mil referentes a receitas financeiras e R$31 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Prejuízo de R$1.330 mil e EBITDA negativo de R$2.843 mil.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Vale do Itajaí, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Vale do Itajaí e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Vale do Itajaí.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Vale do Itajaí sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa n° 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS 11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS 12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 15
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL 16
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES 16
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 20
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 21
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 22
6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 23
7. FORNECEDORES 24
8. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS 25
9. TRIBUTOS A PAGAR 26
10. OUTROS PASSIVOS 26
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 26
12. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” 27
13. PESSOAL E ADMINISTRADORES 28
14. RESULTADO FINANCEIRO 28
15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 28
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS 29
17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO 30

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 28.443.452/0001-67

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo circulante		**60.537**	**7.783**
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	58.352	6.565
Tributos compensáveis		189	60
Despesas pagas antecipadamente		641	1.151
Outros ativos circulantes		1.355	7
Ativo não circulante		**310.479**	**46.536**
Depósitos judiciais e cauções	**8**	45.650	5.951
Tributos compensáveis		923	203
Imobilizado	**6**	263.602	40.223
Intangível	**6**	304	159
Total do ativo		**371.016**	**54.319**
Passivo circulante		**40.960**	**9.988**
Fornecedores	**7**	2.427	3.706
Obrigações sociais e trabalhistas		2.395	928
Tributos a pagar	**9**	271	227
Outros passivos circulantes	**10**	35.867	5.127
Passivo não circulante		**50.195**	**6.206**
Provisão para litígios	**8**	49.329	5.937
Outros passivos não circulantes		866	269
Total do passivo		**91.155**	**16.194**
Capital social	**11**	281.653	38.587
Reservas de lucros	**11**	62.003	6.711
Prejuízos acumulados	**11**	(63.795)	(7.173)
Total do patrimônio líquido		**279.861**	**38.125**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**371.016**	**54.319**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 28.443.452/0001-67
Demonstrações do Resultado dos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	**12**	**(2.898)**	**(907)**
Pessoal e administradores	**13**	(2.739)	(813)
Serviços de terceiros		(99)	(54)
Depreciação e amortização		(55)	-
Outras despesas operacionais		(5)	(40)
Resultado da atividade		**(2.898)**	**(907)**
Resultado financeiro	**14**	**848**	**242**
Receitas financeiras		879	251
Despesas financeiras		(24)	(9)
Outros resultados financeiros, líquidos		(7)	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		**(2.050)**	**(665)**
Despesa com impostos sobre o lucro		720	203
Prejuízo do exercício		**(1.330)**	**(462)**
Prejuízo básico e diluído por ação – R$:		**(0,005)**	**(0,004)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 28.443.452/0001-67
Demonstração do Resultado Abrangente
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(1.330)**	**(462)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(1.330)**	**(462)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 28.443.452/0001-67

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**1**	**-**	**-**	**-**	**1**
Aumento de capital	38.586	-	-	-	38.586
Prejuízo do exercício	-	-	-	(462)	(462)
Destinações:					
Reserva legal	-	335	-	(335)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	6.376	(6.376)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**38.587**	**335**	**6.376**	**(7.173)**	**38.125**
Aumento de capital	342.985	-	-	-	342.985
Capital a integralizar	(99.919)	-	-	-	(99.919)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.330)	(1.330)
Destinações:					
Reserva legal	-	2.765	-	(2.765)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	52.527	(52.527)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**281.653**	**3.100**	**58.903**	**(63.795)**	**279.861**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 28.443.452/0001-67
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(1.330)**	**(462)**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	55	-
Tributos sobre o lucro	(720)	(203)
Resultado financeiro, líquido	(848)	(263)
Variações de ativos e passivos:		
Fornecedores	(1.286)	3.706
Obrigações sociais e trabalhistas	1.467	928
Outros tributos compensáveis (a pagar) e encargos setoriais, líquidos	(63)	167
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	4.062	(5.951)
Outros ativos e passivos, líquidos	30.475	4.238
Caixa líquidos oriundo das operações	**31.812**	**2.160**
Rendimento de aplicação financeira recebidos	553	263
Tributos sobre o lucro pagos	(65)	-
Caixa oriundo das atividades operacionais	**32.300**	**2.423**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(223.579)	(34.445)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(223.579)**	**(34.445)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	243.066	38.586
Caixa oriundo nas atividades de financiamento	**243.066**	**38.586**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**51.787**	**6.564**
Caixa e equivalentes no início do exercício	6.565	1
Caixa e equivalentes no final do exercício	**58.352**	**6.565**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Campinas, Estado do São Paulo.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia – Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul – Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; pela Linha de Transmissão Itajaí 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul – Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na

Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial – Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva.

A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$ 194.157, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

2.1. Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

(i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R$ 7) e FGTS (R$ 33), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R$40. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

(i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras;

(ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.2.1. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

2.2.2. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação

2.2.3. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

2.2.4. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1		AA
Itaú	A1	AAA	AAA

2.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R$)	Prêmio (R$)
Seguro garantia	22/03/2019 a 17/12/2024	139.581	1.323

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 20, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 9 de abril de 2021, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Provisões e depósitos judiciais
16.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil. As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	61	2
Fundos de investimento	4.284	6.563
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	54.007	-
	58.352	**6.565**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em curso Transmissão						
Edificações, obras civis, e benfeitorias	-	1.302	1.302	1.302	1.302	-
Máquinas e equipamentos	6.961	7.285	14.246	7.285	14.246	6.961
Terrenos	8.701	92.470	101.171	92.470	101.171	8.701
Móveis e utensílios	-	49	49	49	49	-
Outros	24.561	121.974	146.535	121.973	146.535	24.561
Subtotal	**40.223**	**223.080**	**263.303**	**223.079**	**263.303**	**40.223**
Administração						
Máquinas e equipamentos	-	299	299	299	299	-
Subtotal	**-**	**299**	**299**	**299**	**299**	**-**
Total Ativo Imobilizado	**40.223**	**223.379**	**263.602**	**223.379**	**263.602**	**40.223**

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço Administração								
Softwares	-	-	313	313	313	(55)	258	-
Subtotal	**-**	**-**	**313**	**313**	**313**	**(55)**	**258**	**-**
Ativo Intangível em curso Administração								
Softwares	159	200	(313)	46	(113)	-	46	159
Subtotal	**159**	**200**	**(313)**	**46**	**(113)**	**-**	**46**	**159**
Total do Ativo Intangível	**159**	**200**	**-**	**359**	**200**	**(55)**	**304**	**159**

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2020				2019
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	4,02	359	(55)	304	-
		359	**(55)**	**304**	**-**
Em curso					
Transmissão		263.303	-	263.303	40.223
Administração		299	-	299	159
		263.602	**(55)**	**263.602**	**40.382**

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	3,13
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	2.141	-	90.329	92.470
Edificações, obras civis e benfeitorias	2	1.300	-	-	1.302
Máquinas e equipamentos	298	7.286	-	-	7.584
Móveis e utensílios	31	18	-	-	49
A ratear	16	2.557	5.605	796	8.974
Adiantamentos a fornecedores	-	113.000	-	-	113.000
Total das Adições	**347**	**126.302**	**5.605**	**91.125**	**223.379**

7. FORNECEDORES

	2020	2019
Materiais e serviços	2.427	3.706
Total	**2.427**	**3.706**

Durante o ano de 2020, a Companhia negociou com alguns fornecedores a prorrogação do prazo de pagamento de suas faturas comerciais ao custo financeiro médio de, aproximadamente, 0,69% a.a. O prazo médio de pagamento após a prorrogação para esses fornecedores mudou de 45 para 126 dias.

Nessas circunstâncias, alguns fornecedores podem optar em descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que haja qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores.

A administração determinou que os passivos originais aos quais os acordos se aplicam não foram extintos ou substancialmente modificados na celebração dos acordos. Portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional.

8. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2020	2019
Provisão para processos judiciais cíveis	49.329	5.937
	49.329	**5.937**
Não circulante	49.329	5.937

8.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**-**
Constituições	5.929
Atualização	8
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**5.937**
Constituições	39.860
Atualização	3.532
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**49.329**

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2020	2019
Processos fiscais (i)	10	-
	10	**-**

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: trata-se de processo para discussão sobre a legalidade de cobrança do DIFAL - Diferencial de Alíquota de ICMS pelos Estados (UF), nas operações interestaduais de aquisição de ativo imobilizado e bens de uso e consumo.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2020	2019
Processos cíveis	45.650	5.951
	45.650	**5.951**

8.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

9. TRIBUTOS A PAGAR

	2020	2019
Instituto nacional de seguridade social – INSS	154	109
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	45	24
Impostos e contribuições retidos na fonte	35	91
Outros	32	3
	271	**227**

10. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Indenizações fundiárias	35.717	311
Outros passivos	1.016	5.085
Total	**36.733**	**5.396**
Circulante	35.868	5.127
Não circulante	865	269

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 281.653 (R$ 38.587 em 31 de dezembro de 2019), sendo R$ 455.175 subscrito e R$ 173.522 a integralizar, dividido em 455.175.000 (112.189.929 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
Acionista	Qtde.	%	R$
Neoenergia S.A.	455.175	100%	281.653
Total	**455.175**	**100%**	**281.653**

11.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.330)	(462)
Média ponderada de ações em poder do acionista	291.386	112.190
Prejuízo básico e diluído por ação – R$	**(0,005)**	**(0,004)**

b) Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido societário do exercício	55.292
Reserva legal	(2.765)
Lucro líquido ajustado	**52.527**
Destinação para reserva de lucros a realizar	(52.527)
Lucro líquido a distribuir	-

11.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

11.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

12. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2020	2019
Pessoal e administradores	(2.739)	(813)
Serviços de terceiros	(99)	(54)
Depreciação e amortização	(55)	-
Outros gastos operacionais	(5)	(40)
Total custos	**(2.898)**	**(907)**

13. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2020	2019
Remuneração	(832)	(98)
Encargos	(462)	(89)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(854)	(487)
Outros benefícios – Corrente	(591)	(139)
Total	**(2.739)**	**(813)**

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	553	263
(-) PIS e COFINS	(43)	(12)
Atualização de depósitos judiciais	369	-
	879	**251**
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(24)	(9)
	(24)	**(9)**
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(7)	-
	(7)	**-**
Resultado financeiro líquido	**848**	**242**

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos.

Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu uma receita incremental de R$2.072.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

a) Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias
	2020
Ativo	
Outros ativos	1.199
	1.199
Passivo	
Outros passivos	112
	112

b) Transações com partes relacionadas

	2020	
	Subsidiárias Neoenergia	Total
Resultado do exercício		
Outras receitas	2.072	2.072
	2.072	**2.072**

c) Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		2020		2019	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimo e recebíveis		**55.206**	**55.206**	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa		54.007	54.007	-	-
Outros ativos financeiros		1.199	1.199	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**4.345**	**4.345**	**6.565**	**6.565**
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.345	4.345	6.565	6.565
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**39.209**	**39.209**	**4.289**	**4.289**
Fornecedores		2.427	2.427	3.706	3.706
Outros passivos financeiros		36.782	36.782	583	583

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

16.2. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,9%	58.291	902	(226)	(451)

17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balanços patrimoniais

		2020			2019		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		**60.537**	**-**	**60.537**	**7.783**	**-**	**7.783**
Caixa e equivalentes de caixa		58.352	-	58.352	6.565	-	6.565
Tributos compensáveis		189	-	189	60	-	60
Despesas pagas antecipadamente		641	-	641	1.151	-	1.151
Outros ativos circulantes		1.355	-	1.355	7	-	7
Ativo não circulante		**310.479**	**132.425**	**442.904**	**46.536**	**12.347**	**58.883**
Depósitos judiciais e cauções		45.650	-	45.650	5.951	-	5.951
Tributos compensáveis		923	(923)	-	203	(203)	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	17.1	-	396.651	396.651	-	52.773	52.773
Imobilizado	17.1	263.602	(263.303)	299	40.223	(40.223)	-
Intangível	17.1	304	-	304	159	-	159
Total do ativo		**371.016**	**132.425**	**503.441**	**54.319**	**12.347**	**66.666**
Passivo							
Passivo circulante		**40.960**	**-**	**40.960**	**9.988**	**-**	**9.988**
Fornecedores		2.427	-	2.427	3.706	-	3.706
Obrigações sociais e trabalhistas		2.395	-	2.395	928	-	928
Tributos		271	-	271	227	-	227
Outros passivos circulantes		35.867	-	35.867	5.127	-	5.127
Passivo não circulante		**50.195**	**68.630**	**118.825**	**6.206**	**5.174**	**11.380**
Tributos	17.2	-	36.690	36.690	-	-	-
Provisão para litígios		49.329	-	49.329	5.937	-	5.937
Tributos diferidos	17.2	-	31.940	31.940	-	3.492	3.492
Outros passivos não circulantes		866	-	866	269	1.682	1.951
Total do passivo		**91.155**	**68.630**	**159.785**	**16.194**	**5.174**	**21.368**
Patrimônio líquido							
Capital social		281.653	-	281.653	38.587	-	38.587
Reservas de lucros		62.003	-	62.003	6.711	-	6.711
Prejuízos acumulados	17.3	(63.795)	63.795	-	(7.173)	7.173	-
Total do patrimônio líquido		**279.861**	**63.795**	**343.656**	**38.125**	**7.173**	**45.298**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**371.016**	**132.425**	**503.441**	**54.319**	**12.347**	**66.666**

Demonstração do resultado

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		**-**	**338.498**	**338.498**	**-**	**52.773**	**52.773**
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	17.1	-	338.498	338.498	-	52.773	52.773
Tributos		**-**	**(31.311)**	**(31.311)**	**-**	**-**	**-**
PIS	17.2	-	(5.585)	(5.585)	-	-	-
Cofins	17.2	-	(25.726)	(25.726)	-	-	-
Receita líquida		**-**	**307.187**	**307.187**	**-**	**52.773**	**52.773**
Resultado antes dos custos gerenciáveis							
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(2.898)**	**(221.397)**	**(224.295)**	**(907)**	**(41.905)**	**(42.812)**
Pessoal e administradores (inclui remuneração a administradores)		(2.739)	-	(2.739)	(813)	-	(813)
Serviços de terceiros		(99)	-	(99)	(54)	-	(54)
Depreciação e amortização		(55)	-	(55)	-	-	-
Outras despesas operacionais	17.1	(5)	(221.397)	(221.402)	(40)	(41.905)	(41.945)
Resultado da Atividade		**(2.898)**	**85.790**	**82.892**	**(907)**	**10.868**	**9.961**
Resultado Financeiro		**848**	**-**	**848**	**242**	**-**	**242**
Despesas financeiras		(24)	-	(24)	(9)	-	(9)
Receitas financeiras		879	-	879	251	-	251
Outros resultados financeiros, líquidos		(7)	-	(7)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		**(2.050)**	**85.790**	**83.740**	**(665)**	**10.868**	**10.203**
Despesa com impostos sobre os lucros	17.2	720	(29.168)	(28.448)	203	(3.695)	(3.492)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(1.330)**	**56.622**	**55.292**	**(462)**	**7.173**	**6.711**
Lucro (prejuízo) por ação		**(0,005)**		**0,19**	**(0,004)**		**0,06**

17.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica "Remuneração do ativo contratual", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um "Ativo de Contrato".

17.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados imposto de renda e contribuição social sobre a margem de construção, bem como PIS e Cofins sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

17.3. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

17.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2020	2019
Saldos PL conforme contabilidade societária	**343.656**	**45.298**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(63.795)**	**(7.173)**
Margem de construção (IFRS15)	(96.658)	(10.868)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	32.863	3.695
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	**279.861**	**38.125**

17.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2020	2019
Lucro líquido societário do exercício	**55.292**	**6.711**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(56.622)**	**(7.173)**
Efeito da aplicação do CPC 47	(85.790)	(10.868)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	29.168	3.695
Prejuízo do exercício regulatório	**(1.330)**	**(462)**